



Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros

ISSN: 2237-2342 (impresso)

L-ISSN: 2178-2008 (on-line)

Ano VII, Vol.VII, n.28, out./dez., 2016.

Tramitação editorial:

Data de submissão: 30/10/2016.

Data de reformulação: 15/11/2016.

Data de aceite definitivo: 28/11/2016.

Data de publicação: 20/12/2016.

**PROVA DISCURSIVA DO
CONCURSO PARA ATENDENTE DE
REINTEGRAÇÃO
SOCIOEDUCATIVO: PROTEÇÃO
INTEGRAL À CRIANÇA E AO
ADOLESCENTE –
RESPONSABILIDADE DE TODA A
SOCIEDADE**

Jonas Rodrigo Gonçalves

Mestre em Ciência Política, especialista em Linguística (Revisão de Texto), licenciado em Letras (Português e Inglês) e Filosofia, habilitado em Sociologia, História, Psicologia e Ensino Religioso, autor de 34 livros acadêmicos ou para concursos, revisor de textos. E-mail: professorjonas@gmail.com.

Weliton Bonner Alves da Silva

Graduado em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia Escolar, Especialista em Docência do Ensino Superior, trabalha no Hospital da Criança José Alencar em Brasília/DF, é o autor da redação analisada neste artigo.

**PROVA DISCURSIVA DO CONCURSO PARA
ATENDENTE DE REINTEGRAÇÃO
SOCIOEDUCATIVO: PROTEÇÃO INTEGRAL À
CRIANÇA E AO ADOLESCENTE –
RESPONSABILIDADE DE TODA A
SOCIEDADE¹**

Jonas Rodrigo Gonçalves²
Weliton Bonner Alves da Silva³

RESUMO

Este artigo discutirá a prova discursiva do concurso para o cargo de atendente de reintegração socioeducativo em 2015 pela Fundação Universa. Os objetivos deste artigo são: analisar os critérios avaliativos da banca Fundação Universa no concurso para Atendente de Reintegração Social; comparar o padrão de respostas oferecido pela banca examinadora com as orientações de produção textual dos especialistas no assunto; e comentar uma das redações aprovadas neste concurso. A metodologia abordou os tipos de pesquisa teórica, social e de campo.

PALAVRAS-CHAVE: TEXTO DISSERTATIVO, PROVAS DISCURSIVAS, REDAÇÃO EM CONCURSOS.

¹ Artigo de análise da prova discursiva do concurso para Atendente de Reintegração Socioeducativo do GDF, realizado pela Fundação Universa em 2016. Sugestão de citação deste artigo: GONÇALVES, Jonas Rodrigo; SILVA, Weliton Bonner Alves da. *Prova discursiva do concurso para Atendente de Reintegração Socioeducativo: proteção integral à criança e ao adolescente – responsabilidade de toda a sociedade*. In: Revista da Faculdade Processus, 2016.

² Mestre em Ciência Política, especialista em Linguística (Revisão de Texto), licenciado em Letras (Português e

Discursive contest evidence for Attendants Reintegration Socio: full protection of children and adolescents - responsibility of the whole society

ABSTRACT

This article will discuss the discursive proof of the contest for the position of social and educational reintegration attendant in 2015 by Universa Foundation. The objectives of this article are: to analyze the evaluative criteria of Universa Foundation Board in the competition for Attendant Social Reintegration; compare the pattern of responses offered by the examination board with the text production guidance of experts in the field; and comment on one of the essays approved in this contest. The methodology addressed the types of theoretical, social and field research.

KEYWORDS: TEXT ARGUMENTATIVE, DISCURSIVE EVIDENCE, IN WRITING CONTESTS.

INTRODUÇÃO

Redigir é sempre um desafio. A maior parte dos candidatos a vagas em cargos públicos teme a prova discursiva. Nela as bancas examinadoras geralmente solicitam que seja elaborada uma redação dissertativa sobre um tema da

Inglês) e Filosofia, habilitado em Sociologia, História, Psicologia e Ensino Religioso, autor de 34 livros acadêmicos ou para concursos, revisor de textos. E-mail: professorjonas@gmail.com.

³ Graduado em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia Escolar, Especialista em Docência do Ensino Superior, trabalha no Hospital da Criança José Alencar em Brasília/DF, é o autor da redação analisada neste artigo.

atualidade ou direcionado ao órgão público no qual o cargo é pleiteado.

Este artigo discutirá a prova discursiva do concurso para provimento de vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de atendente de reintegração socioeducativo. O edital foi publicado em 25 de agosto de 2015 para o órgão Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal. A banca examinadora selecionada é a Fundação Universa (Brasília/DF).

O problema central do artigo reside na indagação: “Quais critérios de correção foram aplicados nesta prova discursiva pela Fundação Universa?”. Resta nesse sentido a análise de tais critérios avaliativos à luz do edital do referido concurso, bem como do padrão de resposta esperado pela própria banca examinadora.

Este artigo traz como hipótese a crença de que os critérios avaliativos da Fundação Universa neste concurso atendem às diretrizes para a elaboração de um bom texto dissertativo. Logo, os principais especialistas em produção textual endossam os critérios utilizados para análise das redações neste certame.

Os objetivos deste artigo são: analisar os critérios avaliativos da banca Fundação Universa no concurso para Atendente de Reintegração Social; comparar o padrão de respostas oferecido pela banca examinadora com as orientações de produção textual dos especialistas no assunto; e comentar uma das redações aprovadas neste concurso.

Esta pesquisa se justifica em vários âmbitos. Para os autores representa uma relevante análise de prova discursiva na seara de concursos para cargos públicos. Para a ciência, empiricamente se promoverá análise a partir de uma prova primária, tendo como elemento concreto uma redação efetivamente elaborada neste respectivo certame e aprovada pela banca de examinadores da Fundação Universa. Para a sociedade, especialmente a gleba social que almeja cargos públicos, esta análise permitirá aperfeiçoar o entendimento sobre os critérios

que norteiam avaliações de provas discursivas em concursos para cargos públicos com o mesmo perfil deste.

A metodologia de pesquisa aqui aplicada é teórica, pois se buscaram autores que respaldassem o entendimento do assunto nesta área. Também se caracteriza como uma pesquisa social, já que há um direcionamento deste trabalho para o grupo social de pessoas que almejam cargos públicos. Trata-se, ainda, de um trabalho de campo, tendo-se uma redação aprovada neste certame como objeto de estudo de caso.

A redação analisada neste artigo é de autoria do coautor deste artigo Weliton Bonner Alves da Silva, que elaborou esta redação em 29 de novembro de 2015.

PROVA DISCURSIVA DO CONCURSO PARA ATENDENTE DE REINTEGRAÇÃO SOCIOEDUCATIVO: PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – RESPONSABILIDADE DE TODA A SOCIEDADE

Este artigo discutirá a prova discursiva do concurso para o cargo de atendente de reintegração socioeducativo em 2015 pela Fundação Universa. Os objetivos deste artigo são: analisar os critérios avaliativos da banca Fundação Universa no concurso para Atendente de Reintegração Social; comparar o padrão de respostas oferecido pela banca examinadora com as orientações de produção textual dos especialistas no assunto; e comentar uma das redações aprovadas neste concurso. A metodologia abordou os tipos de pesquisa teórica, social e de campo, conforme especificado no capítulo introdutório.

O problema central deste artigo é: “Quais critérios de correção foram aplicados nesta prova discursiva pela Fundação Universa?”. Para

respondê-lo deve-se, antes de qualquer coisa, observar o que estava previsto em edital.

No que concerne ao capítulo destinado à prova discursiva (8.5), o edital publicado em 25 de agosto de 2015 aduz no item 8.5.2: “A prova discursiva terá como objetivo avaliar capacidade de expressão na modalidade escrita e uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa, bem como, clareza, precisão, consistência e concisão do texto produzido.”

A avaliação da capacidade de expressão na modalidade escrita tem como base a observação da norma culta padrão da Língua Portuguesa. O uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa pressupõem o domínio das regras da gramática normativa. Já a clareza, a precisão, a consistência e a concisão do texto produzido são qualidades que agregam uma boa escrita a textos dissertativos.

[...] clareza, que torna o texto inteligível e decorre: do uso de palavras e expressões em seu sentido comum, salvo quando o assunto for de natureza técnica, hipótese em que se empregarão a nomenclatura e terminologia próprias da área; da construção de orações na ordem direta, evitando preciosismos, neologismos, intercalações excessivas, jargão técnico, lugares-comuns, modismos e termos coloquiais; do uso do tempo verbal, de maneira uniforme, em todo o texto; do emprego dos sinais de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos estilísticos [...] (BRASIL, 1000, p. 9)

No item 8.5.3 do referido edital, consta que: “A prova discursiva consistirá na elaboração de um texto dissertativo, que deverá ter extensão máxima de 30 (trinta) linhas, com base em tema formulado pela banca examinadora, referente ao conteúdo programático constante no Anexo I deste edital, primando pela clareza, precisão, consistência, concisão e aderência às normas do registro formal.”

Segundo o dicionário online de língua Portuguesa (2012), precisão é “Substantivo Feminino. Qualidade do que é preciso, exato, rigoroso. Exatidão na execução. Nitidez rigorosa no pensamento ou no estilo.”

A primeira informação deste item é de caráter tipológico. A tipologia textual “texto dissertativo” denota a elaboração de uma redação do gênero “dissertação”. Nesse sentido, há a expectativa de que o(a) candidato(a) desenvolva um redação em que defenda o seu ponto de vista sobre determinado tema, tendo assim sua tese.

A dissertação é a discussão organizada de um problema e se destina a convencer e persuadir o leitor acerca do ponto de vista ou da solução apresentada pelo autor. Daí decorrem as qualidades do texto dissertativo, e, conseqüentemente, os critérios de sua avaliação. (ANDRÉ, 1998, p. 76)

Quando é sugerido um número máximo de linhas, espera-se que o(a) candidato(a) escreva no mínimo 2/3 (dois terços) do máximo solicitado. Logo, o(a) candidato(a) deve escrever nesta redação entre vinte e trinta linhas.

Primar pela clareza, precisão, consistência, concisão e aderência às normas do registro formal é fundamental. Deve-se escrever de forma clara e precisa, com consistência argumentativa para conseguir convencer o leitor de determinado ponto de vista. A concisão, arte de dizer muito com poucas palavras, atentando ao padrão culto da língua colaborará positivamente para o texto.

Concisão: resultado. É o ato de dizer a mesma coisa com um menor número de palavras. Usa recursos coesivos para que esse objetivo seja atingido. Por exemplo: usa-se um menor número de palavras para dizer a mesma coisa. (GONÇALVES, 2008, p.98)

O item 8.5.3.1 afirma que “A prova discursiva valerá entre o mínimo de 0,00 (zero) e o máximo de 20,00 (vinte) pontos.” O candidato Weliton Bonner Alves da Silva atingiu 13,50. Pontuação que o qualificou para a próxima fase do respectivo certame.

Já no item 8.5.4 o edital diz “A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente e incolor, não sendo permitida a interferência e(ou) a participação de outras pessoas, [...]”.

A questão da legibilidade muitas vezes passa por análise subjetiva, pois não é tão simples afirmar se um texto é ou não legível. Muitas vezes um texto consegue ser lido por uma pessoa, enquanto outra pessoa já encontra dificuldade em compreender o que ali está escrito. A utilização do desenho das letras cursivas ou de imprensa obedecendo às orientações dos livros didáticos – geralmente utilizados nos anos da alfabetização – pode colaborar positivamente com a questão da legibilidade. Segundo o dicionário online de português (2012), o significado de Legibilidade é “s.f. Qualidade do que é legível.”

Se as condições de legibilidade são, como defende Angenot (1979), o conhecimento do código linguístico, a decifração do código artístico (ou sistema de modelização secundária) que o texto instaura, bem como o máximo de informação sobre as configurações ideológicas, pragmáticas e hermenêuticas, parece-nos justo reconhecer que o conceito aqui descrito se pode usar para designar o conjunto algumas preocupações da estética da recepção (Jauss), ou da teoria da leitura (Iser, Fish). (BARTHES, 1970)

Já no item 8.5.6 do edital consta: “A folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da

prova discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.”

É muito importante entender o porquê de não poder haver a marca identificatória. Uma prova não identificável garante isonomia aos candidatos no concurso. Alguma marca que identifique particularmente um candidato pode dar margem a fraudes, considerando-se a possibilidade de combinar com o examinador para que consiga identificar aquela específica redação, uma vez que só tem acesso a uma máscara, código que difere da inscrição do(a) candidato(a). Além de não poder colocar o nome, nem assinar, também não pode ter qualquer palavra ou marca que a identifique.

No item 8.5.7, o edital informa: “O candidato receberá nota 0,00 (zero) na prova discursiva em casos de fuga ao tema, de não haver texto ou de identificação em local indevido.”

Eis aqui um problema comum: fugir ao tema. Isso inclui tanto a fuga total do tema, bem como a fuga parcial ao problema central. Deve atentar o(a) candidato(a) para não tangenciar o tema, deixando de abordá-lo na íntegra. Uma dica importante para não fugir ao tema é fazer um planejamento no rascunho da prova discursiva, estabelecendo o objetivo do texto, considerado a tese da redação, além de listar os argumentos, caso o comando da prova discursiva não os forneça. Essa estratégia pode minimizar o risco de fuga ao tema: total ou parcial.

Para conseguir a unidade do texto, você já sabe que deve em primeiro lugar delimitar o assunto, escolhendo um tema ou ideia dominante, e em seguida colocar um problema. Agora você verá como explicitando o objetivo do texto ficará mais fácil desenvolver e concluir a dissertação. O objetivo é a posição que você assumirá diante do problema levantado. É o ponto a que você quer chegar. Para consegui-lo, você selecionará ideias que irá defender, bem como organizará

dados que valerão como provas do que quer demonstrar. (BELLINE, 1988, p.14)

O item 8.5.8 deixa claro: “A folha de texto definitivo da prova discursiva será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de texto definitivo por erro do candidato. A folha para rascunho, contida no caderno de prova, é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.” Já o item 8.5.8.1 especifica: “O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de texto definitivo da prova discursiva, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de leitura.”

Nesse sentido, convém ressaltar que o(a) candidato(a) não use lápis, mesmo se o edital permitir tal uso. Ao escrever usando lápis e apagar para reescrever por cima com caneta, há os riscos listados acima. Muitas bancas examinadoras digitalizam as redações, de forma que os examinadores só recebem a imagem “escaneada”, cujas sombras do texto apagado prejudicam ou quase impedem a leitura.

No entanto, é no item 8.5.9 que o edital especifica a divisão da pontuação da prova discursiva: “No texto avaliado, a adequação ao tema, a argumentação, a coerência argumentativa e a elaboração crítica totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (ND), cuja pontuação máxima será igual a 20,00 pontos assim distribuídos: a) Adequação ao Tema (AT), pontuação máxima igual a 1,00 (um) ponto. Serão verificadas a organização/estrutura textual e a pertinência ao gênero e ao tema proposto; b) Argumentação (AR), pontuação máxima igual a 3,00 (três) pontos. Será verificado o desenvolvimento do tema proposto, por meio da seleção lógica de argumentos, informações, fatos e opiniões pertinentes ao tema, com articulação e concatenação; c) Coerência Argumentativa (CA), pontuação máxima igual a 3,00 (três) pontos. Será verificada a ordenação e a sequencialização de argumentos; d) Elaboração

Crítica (EC), pontuação máxima igual a 3,00 (três) pontos. Serão verificadas a elaboração de proposta de intervenção relacionada ao tema abordado e a pertinência dos argumentos selecionados fundamentados em informações de apoio, estabelecendo relações lógicas, que visem propor valores e conceitos.”

Entender a divisão da pontuação distribuída nos critérios de correção da prova discursiva é crucial para quem deseja fazer uma boa redação no concurso. Repare-se, por exemplo, que escrever com adequação ao tema constitui apenas 10% da pontuação total da redação. No entanto, fugir ao tema é fator de reprovação na prova discursiva. No critério de adequação ao tema se analisam a organização e a estrutura textual, bem como a pertinência ao gênero e ao tema proposto.

No momento de se desenvolver o tema, citações feitas por autoridades, relatos de fatos divulgados pelos meios de comunicação, estatísticas, exemplos e ilustrações poderão ser utilizados para fortalecer a argumentação e dar mais veracidade ao texto. É essa a grande função do desenvolvimento: fundamentar o ponto de vista apresentado na introdução. (AGUIAR, 2003, p.14)

O critério da Argumentação verifica o desenvolvimento do tema proposto, por meio da seleção lógica de argumentos, informações, fatos e opiniões pertinentes ao tema, com articulação e concatenação.

É importante definir os argumentos a serem usados, fundamentar muito bem as ideias e ter convicção do que se está falando, a fim de receber crédito do leitor e ter seu ponto de vista respeitado. (AGUIAR, 2003, p.14)

Já o critério da Coerência Argumentativa avalia a ordenação e a sequencialização de argumentos.

Deve haver uma argumentação destinada a conduzir racionalmente a inteligência do leitor às conclusões sintetizadas no ponto de vista ou opinião do autor. Daí a organização do texto dissertativo em parágrafos coerentes. Cada parágrafo deve conter o seu desenvolvimento (explicações, exemplificação, recursos retóricos destinados a persuadir, etc.). O tópico frasal pode estar no começo ou no final do parágrafo; pode também ficar implícito. (ANDRÉ, 1988, p.77)

pertinentes ao assunto proposto [...] (BRASIL, 1999, p.10)

Ainda sobre a questão da coerência, não se pode deixar de ressaltar a importância da sequência das ideias, concatenando os argumentos na construção dos parágrafos.

A coerência é outra qualidade do parágrafo. Enquanto a unidade seleciona as ideias, central e secundárias, escolhendo as mais importantes e cimentando-as através de um ponto comum, a coerência organiza a sequência dessas ideias (central e secundárias), de modo que o leitor perceba facilmente "como" elas são importantes para o desenvolvimento do parágrafo. Mesmo que todos os períodos do parágrafo estejam relacionados entre si, ou deem suporte à ideia principal, se faltar a organização dessas ideias, o parágrafo será confuso, sem coerência. (FIGUEIREDO, 1995, p.34)

Na análise da coerência, no âmbito da ordenação, cabe enfatizar que seguir uma ordem na apresentação das ideias garantirá compreensão rápida e lógica por parte do leitor. Selecionar ideias pertinentes constitui relevante estratégia de ordenação do texto dissertativo.

[...] coerência, que implica a exposição de ideias bem elaboradas, que tratam do mesmo tema do início ao fim do texto em sequência lógica e ordenada. Isso significa que o texto deve conter apenas as ideias

Por fim, o critério da Elaboração Crítica analisa a elaboração de proposta de intervenção relacionada ao tema abordado e a pertinência dos argumentos selecionados fundamentados em informações de apoio, estabelecendo relações lógicas, que visem propor valores e conceitos. Aspecto bastante pontuado no Exame Nacional de Ensino Médio – Enem. Para propor intervenções que sugiram soluções para o problema em questão, é muito importante evidenciar o agente (governo, sociedade, determinado grupo etc.), além de responder as perguntas “como, onde, de que maneira?”. Um bom parágrafo para isso pode ser o da conclusão, último parágrafo do texto escrito, em que se pode optar por utilizar as técnicas de inferência, situacionalidade, informatividade, focalização, intencionalidade e aceitabilidade, consistência e relevância, abordadas por CARNEIRO (2002, p.80) e GRANATIC (1996, p.80), que pedem que além de abordar os aspectos finais, o autor do texto apresente soluções à problemática em questão. Se preferir, o(a) autor(a) da redação pode ir apresentando as propostas de intervenção parágrafo a parágrafo.

Para o cálculo da nota, o item 8.5.10 informa: “Dessa forma, domínio de conteúdo (ND) = (AT + AR + CA + EC) x 2.” E o item 8.5.11 diz: “A avaliação do domínio da modalidade escrita da língua portuguesa totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos como acentuação/grafia, pontuação, morfossintaxe e propriedade vocabular.” Seguido pelo item 8.5.12 que afirma: “Será computado o número total de linhas (TL) efetivamente escritas pelo candidato.” Observa o item 8.5.13 que “Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de 30 (trinta) linhas.” Logo, o item 8.5.14 aduz: “A nota na prova discursiva (NPD) será calculada da seguinte forma: $NPD = ND - (NE/TL) \times 3$.” Ressalta o item 8.5.15: “Será atribuída nota

0,00 (zero) ao candidato que obtiver na (NPD) valor menor que 0,00 (zero).”

Geralmente os concursos atuam com a prova discursiva valendo de zero a dez pontos. Este especificamente multiplicou por dois o domínio de conteúdo (ND), avaliando a redação em até vinte pontos. Além disso, a banca computou o número de erros nos aspectos microestruturais, que envolvem o domínio da gramática normativa da Língua Portuguesa, a saber: acentuação/grafia, pontuação, morfossintaxe e propriedade vocabular. E computou o número de linhas efetivamente escritas. Uma observação interessante é que o total de linhas que é livre – mantendo-se o mínimo de dois terços sugerido pelos especialistas em produção textual, o que daria um mínimo de vinte em um máximo de trinta linhas – torna-se denominador em relação ao número de erros gramaticais (microestrutura). Nesse sentido, quanto mais linhas o(a) candidato(a) conseguir escrever, melhor, se não incidir em novos erros em relação ao padrão culto do idioma.

Com a análise acima, buscou-se entender os critérios apresentados no edital normativo deste certame. Cabe, agora, entender sua aplicação em uma prova discursiva avaliada neste concurso.

No caderno de provas aplicadas em 29 de novembro de 2015, a banca examinadora colocou o seguinte texto motivador.

As crianças e os adolescentes precisam da relação com os adultos para crescer e isso os torna vulneráveis. Vale lembrar que a garantia de seus direitos depende, em grande parte, dos deveres dos adultos. Logo, quando se trata de pensar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, a tendência é percebê-los como vítimas; portanto, como seres de necessidades que devem ser urgentemente atendidas. Essa condição lança à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade para com sua formação. Assim, verifica-se a necessidade de investimentos que

devem ser aplicados na redução dos fatores de vulnerabilidade que possam ameaçar o bem-estar deles.

A vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes transcende tamanho, força ou idade, mas liga-se às práticas sociais. Muitas vezes, eles apanham dos pais, são constrangidos por professores ou desrespeitados por vizinhos. Além disso, muitos lugares foram criados no intuito de protegê-los e acabaram tornando-se referência de escândalos de violação de seus direitos. Por outro lado, o trabalho dos conselhos tutelares tem mostrado que é dentro de casa que ocorrem os casos mais sérios de violação. Então, como reduzir a vulnerabilidade dos mais jovens, uma vez que aqueles que deveriam protegê-los são os que mais os ameaçam? Ora, se é na interação que eles podem correr riscos, é na sociedade mesma que eles podem encontrar proteção, já que existe a alternativa de que um outro seja testemunha de alguma violação. Portanto, a criança é menos protegida onde ela é menos visível.

[Vânia Morales Sierra e Wania Amélia Mesquita. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. In: São Paulo em Perspectiva, v. 20, n.º 1, p. 148-55, jan.-mar./2006. Internet: <www.produtos.sead.gov.br> (com adaptações).]

Após o texto motivador, o caderno de provas, na prova discursiva, apresentou o seguinte comando:

Considerando o fragmento de texto acima como meramente motivador, redija texto dissertativo acerca do seguinte tema:

Proteção integral à criança e ao adolescente — responsabilidade de toda a sociedade

Ao desenvolver seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) *criança e adolescente como sujeitos de direitos;*
- b) *princípios da dignidade humana e da solidariedade; e*
- c) *ações contra o abuso cometido contra crianças e adolescentes.*

A banca, portanto, propõe a escrita de um texto dissertativo que aborde o tema “Proteção integral à criança e ao adolescente – responsabilidade de toda a sociedade”. Pode-se observar que o tema proposto é um tema da atualidade, além de ser um tema com conteúdo ligado ao cargo público e ao órgão solicitante em questão, conforme mencionado anteriormente como tendência temática das provas discursivas em concursos públicos.

Na modalidade “texto dissertativo”, o comando da prova discursiva poderia ter dado apenas o tema para o(a) candidato(a) escolher seus próprios argumentos, o que caracterizaria o texto como dissertativo-argumentativo. Entretanto, foram oferecidos os argumentos a serem trabalhados na redação, de forma que a banca orienta, por esse motivo, a produção de texto dissertativo-expositivo, no qual o(a) candidato(a) deverá expor sobre os argumentos que o comando da prova discursiva determinou.

No Texto Argumentativo, a banca oferece o tema e o(a) candidato(a) escolhe seus argumentos. Há liberdade de argumentação nesta escolha, desde que não haja fuga total, nem parcial ao tema proposto.

Já no Texto Expositivo, a banca oferece o tema e os argumentos – tópicos que deverão ser desenvolvidos na redação. Neste caso, o(a) redator(a) não é livre para escolher sua argumentação, deverá expor sobre os tópicos sugeridos pelo comando da prova discursiva. Inclusive, não pode omitir nenhum dos tópicos, devendo abordar todos os argumentos solicitados pelo examinador, mesmo que com pouco domínio sobre algum deles. Também não deve o(a) produtor(a) do texto escolher um novo tópico a ser desenvolvido, pois o espelho de

correção dos examinadores não contemplará esta nova linha argumentativa, uma vez que se a banca julgasse-a relevante provavelmente a teria listado dentre os seus tópicos.

Há, ainda, a modalidade Estudo de Caso, na qual no lugar de textos motivadores sobre o tema, a banca conta a história de alguém ou de alguma empresa. Neste caso, o candidato extrairá o tema desta narrativa, se o comando da prova discursiva não o oferecer. O caderno de prova discursiva poderá apresentar o Estudo de Caso argumentativo ou expositivo, a depender de os avaliadores oferecerem ou não os tópicos a serem abordados na redação.

Em resumo, no concurso que está sob análise neste artigo, pela interpretação do caderno de prova discursiva, a banca examinadora solicitou um texto dissertativo expositivo. Nele, os tópicos sugeridos (a, b, c) são os argumentos que devem ser desenvolvidos na redação.

O candidato Weliton Bonner Alves da Silva elaborou a seguinte redação neste concurso:

Do que adianta direito, se o próprio Estado não o garante? A proteção integral não se trata apenas de responsabilidade da família, mas da sociedade em geral. Todos devem garantir aos sujeitos de direito, dignidade e solidariedade e criar maneiras a fim de se evitar abusos.

Previsões legais tanto na Constituição Federal de 1988, quando no Estatuto da Criança e do Adolescente, descrevem uma gama de direitos a esses indivíduos. No artigo 5º da Carta de 88, por exemplo, descreve o direito de ir e vir, que também se evidencia na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Todo ser humano é digno. Esse aspecto se refere mais aos direitos inerentes a cada um em particular. A solidariedade se amplia a uma coletividade, que parte do bem de todos e não apenas individuais. O homem tem se mostrado muito solidário, por exemplo, o apoio aos

refugiados sírios, principalmente crianças.

O lar é o principal meio de proteção, o qual o próprio Estatuto prima que toda criança tem o direito a ser criada em seu seio saudável. Dados têm evidenciado que os casos de abusos intrafamiliares chegam a 70%, porém abafados seja pela necessidade ou por medo que enfrentam. Ações com visitas frequentes dos conselhos tutelares à comunidade ajudariam a reduzir violações à dignidade infanto-juvenil. O sistema de garantia de direitos deveria promover palestras para comunidade de forma a ensinar como descobrir evidências de processos abusivos.

A proteção plena é dever de todos, visando a reduzir a violação às pessoas em desenvolvimento. As escolas devem ser mais vigilantes comunidade qualquer suspeita aos Conselhos Tutelares. Estado, mais que nunca, deve garantir ações conjuntas com a sociedade, fazer valer as políticas públicas e leis já existentes, além de melhorá-las.

Texto Dissertativo: denotativo, objetiva provar uma tese, um posicionamento, possui introdução, desenvolvimento e conclusão.

Texto Argumentativo: usa argumentos e exemplos para comprovar algo.

Esquema do texto dissertativo

1º parágrafo (introdução): tema e o objetivo na primeira frase; citação dos argumentos na segunda frase.

2º parágrafo (desenvolvimento): desenvolvimento do argumento 1 em pelo menos duas frases.

3º parágrafo (desenvolvimento): desenvolvimento do argumento 2 em pelo menos duas frases.

4º parágrafo (desenvolvimento): desenvolvimento do argumento 3 em pelo menos duas frases.

5º parágrafo (conclusão): tema e o objetivo na primeira frase com outras palavras; soluções otimistas com verbos no infinitivo de preferência.

(GONÇALVES, 2015, p.156)

A redação acima atingiu 13,50 pontos de um total de vinte pontos possíveis. Logo, o candidato conseguiu obter 67,50 %, média que o aprovou para a próxima fase deste concurso público.

Pode ser observado que a pontuação é coerente com o que foi abordado anteriormente neste artigo acerca dos critérios de correção estabelecidos no edital normativo da Fundação Universa para este certame.

Na introdução do seu texto, o candidato trouxe uma pergunta, a qual respondeu explanando brevemente sobre o tema em voga, objetivo e, ainda, resumiu cada um dos aspectos propostos pela banca examinadora. Ou seja, o candidato seguiu as orientações estruturais no que concerne às orientações sobre texto dissertativo-argumentativo.

Observe-se que na primeira frase, o candidato apresenta o tema e o objetivo na primeira frase, bem como resume os três argumentos na segunda frase. Com isso, garante o atendimento ao primeiro critério avaliativo “AT – Atendimento ao Tema”, que avalia a questão estrutural da dissertação técnica.

No segundo parágrafo de sua redação, Weliton aborda o primeiro aspecto sugerido no comando da prova discursiva, em que faz menção ao artigo 5º da Constituição, que se relaciona com o tema proposto, visto que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos, sendo uma deles o direito de ir e vir. Por fim, cita o Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece direitos inerentes a crianças e adolescentes e a Declaração dos Direitos Humanos.

Desenvolver o primeiro argumento, conforme orienta Gonçalves (2015, p.156), no segundo parágrafo de sua redação, faz com que o candidato consiga novamente pontuar no primeiro critério avaliativo “AT – Atendimento ao Tema”, que avalia a questão estrutural da dissertação técnica. Citar o ECA e a Declaração dos Direitos Humanos caracteriza pontuação de conteúdo, no que tange a desenvolvimento por exemplos ou citações, o que pontua parcialmente no critério Argumentação (AR), que verifica o desenvolvimento do tema proposto, por meio da seleção lógica de argumentos, informações, fatos e opiniões pertinentes ao tema, com articulação e concatenação. Exatamente como propõem Gonçalves (2009) e Belline (1988).

No terceiro parágrafo, o candidato afirma que todo ser humano é digno, também se adequando ao segundo aspecto proposto pela banca. O candidato faz uma distinção sobre o que é dignidade e solidariedade e, ainda, exemplifica a solidariedade, principalmente, aquela prestada aos povos curdos, destacando a prestada prioritariamente às crianças.

Desenvolver o segundo argumento, conforme orienta Gonçalves (2015, p.156), no terceiro parágrafo de sua redação, faz com que o candidato consiga novamente pontuar no primeiro critério avaliativo “AT – Atendimento ao Tema”, que avalia a questão estrutural da dissertação técnica. Citar o exemplo da solidariedade aos povos curdos e às crianças faz o candidato eleger a estratégia de desenvolvimento por exemplos para pontuar parcialmente seu conteúdo no segundo critério avaliativo Argumentação (AR), que verifica o desenvolvimento do tema proposto, por meio da seleção lógica de argumentos, informações, fatos e opiniões pertinentes ao tema, com articulação e concatenação.

No momento de se desenvolver o tema, citações feitas por autoridades, relatos de fatos divulgados pelos meios de comunicação, estatísticas, exemplos e ilustrações poderão ser utilizados para fortalecer a argumentação e

dar mais veracidade ao texto. É essa a grande função do desenvolvimento: fundamentar o ponto de vista apresentado na introdução. (AGUIAR, 2003, P.14)

O quarto parágrafo da redação cita o lar como sendo o principal meio de proteção às crianças e aos adolescentes, descreve dados evidenciando abusos intrafamiliares, porém mostra ações, as quais toda a sociedade deve observar para redução desses abusos, citando os conselhos tutelares, órgãos de proteção que devem saber de todos os casos de suspeitas ou abusos contras os sujeitos de direitos.

Desenvolver o terceiro argumento, conforme orienta Gonçalves (2015, p.156), no quarto parágrafo de sua redação, faz com que o candidato consiga novamente pontuar no primeiro critério avaliativo “AT – Atendimento ao Tema”, que avalia a questão estrutural da dissertação técnica. Citar os conselhos tutelares e os órgãos de proteção faz o candidato eleger a estratégia de desenvolvimento por exemplos para pontuar parcialmente seu conteúdo no segundo critério avaliativo Argumentação (AR), que verifica o desenvolvimento do tema proposto, por meio da seleção lógica de argumentos, informações, fatos e opiniões pertinentes ao tema, com articulação e concatenação. Nesse sentido, Weliton enumera ações para inibir os abusos intrafamiliares. “Desenvolvimento por enumeração: A enumeração é um processo bastante didático, e pode ser explícita, indicando ordem [...]” (BELLINE, 1988, p.36)

Convém ressaltar que o fato de o candidato seguir o esquema dissertativo proposto por Gonçalves (2015, p.156) permite que ele pontue no terceiro critério avaliativo Coerência Argumentativa (CA), que verifica a ordenação e a sequencialização de argumentos.

Terminada a introdução, é preciso preocupar-se com o desenvolvimento do texto, que deve ser redigido de maneira clara, coerente, concisa e objetiva,

mantendo sempre a mesma linha de raciocínio apresentada na introdução. (AGUIAR, 2003, p.14)

No quinto e último parágrafo o candidato afirma que a proteção integral é dever de toda sociedade, fala sobre a importância dos cuidados para não violação desses direitos, cita escola, conselhos tutelares e o Estado como colaboradores para melhorias nas políticas públicas e leis que preservam esses direitos.

Pode ser observado que no parágrafo conclusivo, Weliton atende novamente ao esquema dissertativo proposto por Gonçalves (2015, p.156), apresentando o tema e o objetivo na primeira frase, com palavras diferentes das usadas no parágrafo introdutório, além de oferecer soluções na segunda frase, mencionando o agente “escolas” em sua proposta de intervenção. Com isso, o candidato pontua em nível de excelência no primeiro critério avaliativo “AT – Atendimento ao Tema”, que avalia a questão estrutural da dissertação técnica. Critério este que lhe garante 10% da pontuação da prova discursiva estabelecida em edital. Por sua proposta de intervenção, pontuar parcialmente no quarto critério avaliativo Elaboração Crítica (EC), que verifica a elaboração de proposta de intervenção relacionada ao tema abordado e a pertinência dos argumentos selecionados fundamentados em informações de apoio, estabelecendo relações lógicas, que visem propor valores e conceitos.

Com as análises acima, pode se constatar que o candidato fez uma boa redação na prova discursiva deste referido concurso público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar, neste artigo se procurou discutir os critérios de correção da prova discursiva para provimento do cargo de atendente de reintegração socioeducativo em 2015 pela Fundação Universa. Analisou-se, ainda,

uma redação que foi elaborada e corrigida neste certame.

O problema central do artigo foi: “Quais critérios de correção foram aplicados nesta prova discursiva pela Fundação Universa?”. Realizou-se a análise de tais critérios avaliativos à luz do edital do referido concurso, bem como do padrão de resposta esperado pela própria banca examinadora.

Este artigo trouxe como hipótese a crença de que os critérios avaliativos da Fundação Universa neste concurso atendem às diretrizes para a elaboração de um bom texto dissertativo. Assim, evidenciou-se que os principais especialistas em produção textual endossam os critérios utilizados para análise das redações neste certame.

Os objetivos deste artigo foram: analisar os critérios avaliativos da banca Fundação Universa no concurso para Atendente de Reintegração Social; comparar o padrão de respostas oferecido pela banca examinadora com as orientações de produção textual dos especialistas no assunto; e comentar uma das redações aprovadas neste concurso.

Nesse sentido, os resultados a que se propôs esta pesquisa foram alcançados. A análise da prova discursiva do candidato permitiu entender na prática os critérios avaliativos previstos em edital. Os autores citados, enquanto especialistas na área de produção textual, endossaram os critérios de avaliação da Fundação Universa neste concurso aqui analisado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jaqueline da Silva, BARBOSA, Ednir Melo. *Descomplicando a redação*. São Paulo: FTD, 2003.

ANDRÉ, Hildebrando A. de. *Curso de redação: técnicas de redação, produção de textos, temas de redação dos exames vestibulares*. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

BARTHES, Roland. S/Z (1970). Acesso em 03 maio 2012. Disponível em: <
http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtreetask=viewlink&link_id=893&Itemid=2>

BELLINE, Ana Helena Cizotto. *A dissertação*. São Paulo: Ática, 1988.

BRASIL, Senado Federal. *Manual de elaboração de textos*. Apresentação de Dirceu Teixeira de Matos. Brasília : Senado Federal, Consultoria Legislativa, 1999.

CARNEIRO, Agostinho Dias. *Redação em construção*. 2. ed. revista e ampl. São Paulo: Moderna, 2002.

DICIO, Dicionário online de língua Portuguesa. Acesso em 23/05/2012. Disponível em: <
<http://www.dicio.com.br/legibilidade/>>

DICIO, Dicionário online de língua Portuguesa. Acesso em 23/05/2012. Disponível em: <
<http://www.dicio.com.br/precisao/>>

FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *A redação pelo parágrafo*. Brasília: UnB, 1995.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. *Gramática Didática e Interpretação de Textos: teoria e exercícios*. 17. ed. Brasília: JRG, 2015.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. *Redação em concursos públicos e vestibulares*. 2. ed. Brasília: Vestcon, 2008.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. *Redação Oficial, Dissertação e Interpretação de Textos*. Brasília: EA, 2009.

GRANATIC, Branca. *Técnicas básicas de redação*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1996.

